



XLVI CONCURSO PARA INGRESSO À CARREIRA DO
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

PROVA DISCURSIVA

GRUPO TEMÁTICO III

CADERNO DE QUESTÕES

NOME DO CANDIDATO

ASSINATURA

Instruções:

- Preencha os campos acima com seu nome assinatura.
- A prova é composta por 4 questões dissertativas.
- Este caderno não deve ser desgrampeado. Nenhuma folha deve ser destacada.
- Ao término da prova este caderno deverá ser entregue ao fiscal.
- Não será permitido ao candidato levar consigo este caderno de questões.

Questão 1: No dia 15 de dezembro de 2008, por volta das 23h, nesta cidade, Pedro Paulo portava, em sua cintura, sem autorização e em desacordo com determinação legal e regulamentar, dois revólveres, um da marca Rossi, calibre 38, municiado com três cartuchos intactos, e outro, da marca Bagual, calibre 32, municiado com seis cartuchos intactos, ambos de uso permitido.

Na ocasião, Pedro Paulo, funcionário público, trafegava com seu veículo na Avenida Ipiranga, quando foi abordado por policiais militares em serviço de patrulhamento. Ao se submeter à revista pessoal, as armas foram encontradas e apreendidas. Pedro Paulo foi preso em flagrante e encaminhado à Área Judiciária. Relatou que as armas se encontravam na chácara de sua propriedade, sem vigilância, por isso, entendeu trazê-las consigo, para guardá-las em segurança em sua residência na cidade, quando foi interceptado no curso da viagem. Por fim, disse que acreditava que esse tipo de conduta não configurasse crime.

As armas estavam em perfeitas condições de funcionamento, sendo potencialmente ofensivas (cf. laudo pericial).

Pedro Paulo registra condenação por contravenção penal, transitada em julgado em 18 de novembro de 2008 (cf. certidão).

Na condição de Promotor de Justiça, classifique a(s) conduta(s) típica(s) atribuída(s) a Pedro Paulo à luz das normas penais aplicáveis à(s) espécie(s); após, explicita, sucintamente, sua *opinio*.

Na sequência, analise e se posicione, de forma justificada, em relação às teses defensivas, discriminadas no verso, independentemente de eventual prejudicialidade no concurso de seu exame.

Teses Defensivas (continuação da questão 1):

- a) Extinção da punibilidade pela ocorrência da *abolitio criminis* temporária.
- b) Inexistência de ofensividade ao bem jurídico tutelado.
- c) Erro de Proibição.

Questão 2: Renato Mutreta, desempregado, convidou seu sobrinho, João Batista, estudante, 16 anos, para subtraírem uma novilha pertencente a João Bernardes. Assim, no dia 15 de março de 2012, por volta das 02h, na pequena Chácara dos Bernardes, zona rural de Dom Pedrito, Renato Mutreta e o adolescente João Batista, aproveitando-se da precariedade da vigilância e recolhimento dos seus moradores durante a madrugada, após serrarem duas paredes do estábulo (cf. laudo), subtraíram uma novilha, pelagem vermelha, avaliada em R\$ 420,00 (cf. auto de avaliação). Em seguida, os meliantes abateram o animal e transportaram a carne até o Mercado e Açougue "Bom Produto". A carne foi adquirida pelo proprietário do estabelecimento comercial, Joel Santana, por R\$ 180,00.

No dia seguinte, cumprindo mandado de busca e apreensão expedido pelo Juiz Criminal de Dom Pedrito, policiais civis apreenderam a carne no estabelecimento comercial de Joel Santana, onde o produto se encontrava em depósito para venda.

A carne apreendida foi considerada imprópria para o consumo pelos peritos, por se encontrar acondicionada em local não refrigerado, em péssimas condições de higiene e também por ser de origem clandestina, por não ter passado pela inspeção sanitária (cf. laudo).

Renato Mutreta responde a um processo por crime de lesões corporais leves (cf. certidão); Joel Santana e o adolescente João Batista não registram antecedentes criminais (cf. certidões).

(Continuação da questão 2)

Para efeitos de denúncia, classifique a(s) conduta(s) típica(s) atribuída(s) a Renato Mutreta e a Joel Santana, à luz das normas penais aplicáveis à(s) espécie(s); após, explicita, sucintamente, sua *opinio*.

Na sequência, posicione-se quanto às teses defensivas do acusado Renato Mutreta, discriminadas abaixo, analisando-as, uma a uma, quanto à plausibilidade e eventuais requisitos e pressupostos das questões jurídicas em exame, independentemente de eventual prejudicialidade no concurso de seu exame. Considere a jurisprudência atualizada e dominante dos Tribunais Superiores.

Teses Defensivas do acusado Renato Mutreta:

- a) Atipicidade da conduta pela incidência do princípio da insignificância.
- a) Subsidiariamente, o reconhecimento da figura privilegiadora, como causa de diminuição da pena.
- a) Em caso de condenação, a isenção da pena pecuniária cominada ao tipo penal, por ser pobre e estar desempregado (cf. atestado da Secretaria do Trabalho e de Assistência Social do Município).

Questão 3: Epaminondas conheceu Eurípedes, que o convidou a participar de um furto, mediante a paga de metade do butim. Pensando em aproveitar a vida, Epaminondas aceitou participar do furto. Assim, entraram numa mansão que estava vazia (os proprietários haviam viajado), mediante o desligamento do alarme e o uso de chave falsa. Chegaram ao cofre, que foi aberto com o auxílio de um maçarico, de onde retiraram grande quantidade de

joias, dólares e euros. Depois de um (1) ano de investigações, a Polícia Judiciária logrou descobrir os autores do delito. A ação penal correu em 12 meses, tendo a sentença condenatória transitado em julgado, com a estipulação do art. 387, IV, do CPP. Os comparsas gastaram todo o produto da infração em viagens, roupas, festas e drogas, não tendo condições de reparar o dano. O advogado das vítimas, então, com base nos arts. 91, I, do Código Penal, e 63, § único, do Código de Processo Penal, ingressou com pedido de constrição da casa própria de Epaminondas, onde vivia com a sua família, visando obter o ressarcimento do prejuízo em valor superior ao mínimo estipulado na sentença condenatória (um salário mínimo). O Magistrado, antes de decidir acerca da hipoteca legal, deu vista ao Ministério Público. O Promotor de Justiça deve concordar ou não com a postulação? Fundamente sua resposta.

Questão 4: Laurêncio, preso em flagrante, está sendo processado por tráfico de entorpecentes numa Vara Criminal. Cumpridos todos os trâmites processuais anteriores, a denúncia foi oferecida e recebida. A ação penal começou a correr com o réu segregado, sob a presidência do Dr. Juiz de Direito Pietro Arruda, que a instruiu devidamente, isto é, colheu toda a prova documental e testemunhal trazida pelas partes. O processo foi-lhe concluso para sentenciar um dia antes de suas férias de 30 dias. O Tribunal de Justiça do Estado designou um substituto, o Dr. Pompílio Reis. Este, no vigésimo dia da substituição, pegou o processo de Laurêncio e verificou que, passados 250 dias de tramitação do feito, estava prestes a ocorrer o excesso de prazo para o seu término. Incontinenti, mesmo sem ter presidido a instrução, sentenciou, condenando o acusado nos termos da denúncia. O defensor constituído, no seu recurso, entendeu que houve uma nulidade no ato decisório. Em contrapartida, o Ministério Público sustentou a inexistência de qualquer ilegalidade. Quem está certo? Justifique sua resposta, utilizando a legislação processual pátria.